

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.186 - RS (2019/0198120-9)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : TJ COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
ADVOGADOS : RENAN HACK TAVARES - RS074988
TIAGO MACHADO VALÉRIO - RS076943
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração contra decisão deste Relator, que, monocraticamente, deu parcial provimento ao recurso da Fazenda Nacional.

A parte embargante afirma que existe omissão e contradição no *decisum*, pois analisaram-se equivocadamente as questões de direito colocadas a deslinde.

A parte embargada, apesar de intimada, não ofereceu impugnação.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 7.11.2019.

Os Embargos de Declaração não merecem prosperar.

Inicialmente, deixo claro que não há lacuna na apreciação do *decisum* embargado, portanto não existe necessidade na sua integração.

Não se configurou a ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

Ademais, verifica-se que o acórdão impugnado está bem fundamentado, inexistindo omissão ou contradição. Vale destacar que o simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

As alegações da parte embargante não têm o intuito de solucionar omissão, contradição ou obscuridade, mas denotam vontade de rediscutir o julgado e protelar seu encerramento. Além disso, a decisão monocrática não se mostra contraditória, porque solucionou a lide em conformidade com a legislação processual civil. Além disso, a tese de desobediência à Súmula 568 do STJ e ao art. 932, V, do CPC não se constitui em omissão do *decisum*.

Conforme asseverei, a autoridade tributária apurou duas condutas diversas: a primeira foi a realização de "fraude no curso dos despachos aduaneiros

de importação", e a segunda, em momento posterior, constituiu-se na "importação irregular das mercadorias, qual seja: o consumo no processo produtivo da empresa fiscalizada das mercadorias de procedência estrangeira importadas fraudulentamente".

Como se depreende da análise da decisão impugnada, os pedidos da Fazenda Nacional foram parcialmente providos, tendo a decisão indeferido o pedido de existência de omissão no acórdão *a quo* e provido o pedido principal.

Dessarte, os aclaratórios devem ser negados, visto que constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento.

Diante do exposto, **rejeito os Embargos de Declaração, com a advertência de que a reiteração será considerada expediente protelatório sujeito à multa prevista no Código de Processo Civil.**

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator